



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS DO DOURO

Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais

Preâmbulo

A Constituição da República Portuguesa consagra, como direitos fundamentais, o “direito de todos à educação e à cultura” (n.º1 do artigo 73.º); o “...direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” (n.º 1 do artigo 74.º); a “garantia a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, do acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação, a promoção e o apoio estatais do acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino, bem como o apoio estatal ao ensino especial, quando necessário” (alínea g, do n.º 2 do artigo 74.º).

Assim, o ISCE Douro, enquanto instituição de ensino superior, pretende aprovar o estatuto do estudante com necessidades educativas especiais, com vista à implementação de uma política de inclusão que garanta o sucesso escolar e a participação plena dos estudantes com necessidades educativas especiais (ENEE) na vida académica, social e cultural.

Artigo 1.º

Âmbito

1 – O presente estatuto aplica-se aos ENEE de todos os ciclos de estudos do ISCE Douro, sejam estes ou não conferentes de grau.

2 – Considera-se ENEE o estudante que apresente incapacidade física ou sensorial, que o coloque em condições de desvantagem no que diz respeito ao seu desempenho académico.



3 – Inserem-se, também, neste estatuto os estudantes com doenças permanentes ou de longa duração, dependentes de tratamentos periódicos e frequentes ou de tratamentos agressivos (quimioterapia, radioterapia e outros), que o coloquem, em termos de desempenho académico numa situação desfavorável.

4 – As incapacidades podem ser permanentes ou temporárias. No entanto, para as incapacidades de carácter temporário, as medidas indicadas no presente estatuto terão efeito apenas durante o período em que estas se manifestem.

5 – Caso o ENEE o pretenda, o seu estatuto será mantido sob reserva.

Artigo 2.º

Serviços de Apoio e Acompanhamento

1 – Com o intuito de promover e apoiar a inclusão do ENEE será criado o Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais (GAENEE) sob dependência do Presidente do ISCE Douro, o qual integrará:

- a) O Coordenador de cada Departamento;
- b) O Responsável pelo Gabinete de Apoio Psicopedagógico;
- c) O Responsável pelo Gabinete de Ação Social;
- d) Sempre que possível, um Especialista na área da Educação Especial.

2 – O GAENEE é coordenado por um dos seus elementos, nomeado pelo Presidente do ISCE Douro.

3 – São funções do GAENEE:

- a) Colaborar com os docentes de cada departamento/curso na aplicação dos apoios especializados, nas adequações do processo de ensino e aprendizagem e de acompanhamento que a especificidade do ENEE requer, podendo, para o efeito, solicitar a colaboração de técnicos especialistas;



- b) Cooperar com os docentes de cada departamento/curso na adaptação, obtenção e aquisição dos meios necessários à realização com sucesso do processo de ensino e aprendizagem;
- c) Promover, no início de cada semestre, junto dos docentes de cada departamento/curso com ENEE, uma sessão de informação sobre as especificidades desses estudantes e as suas implicações ao nível do ensino e aprendizagem;
- d) Rentabilizar e articular os recursos, os saberes e as boas práticas do ISCE Douro no apoio a estes estudantes;
- e) Desenvolver iniciativas que promovam uma melhor inserção dos ENEE na vida académica, social e cultural;
- f) Contribuir para a inserção no mercado de trabalho dos diplomados com necessidades educativas especiais;
- g) Organizar seminários e palestras sobre a temática das necessidades educativas especiais;
- h) Elaborar o parecer técnico pedagógico, definindo os apoios especializados, a adequação do processo de ensino e aprendizagem e o acompanhamento que a especificidade do ENEE implique;
- i) Elaborar, no fim de cada ano letivo, um relatório de atividades e ponderar, se necessário, eventuais ações de melhoria.

Artigo 3.º

Comprovação das Condições para Atribuição do Estatuto

1 – O estatuto de ENEE deve ser solicitado, no ato da matrícula, nos Serviços Académicos mediante requerimento, acompanhado do Programa Educativo Individual do nível de ensino secundário (caso seja possível) e de relatório(s), ou parecer(es) comprovativos, emitidos por especialistas (médicos, psicólogos, terapeutas da fala, ou outros).



2 – A solicitação do estatuto de ENEE poderá ser realizada noutro momento, caso as necessidades particulares só sejam identificadas posteriormente ou resultem de acontecimentos subsequentes ao início do ano letivo.

3 – Os ENEE de carácter permanente só necessitam de requerer uma vez o estatuto e destes fazerem prova. No caso de ENEE de carácter temporário, deve ser feita prova da condição anualmente.

4 – Os relatório(s) ou parecer(es) devem explicitar o tipo de incapacidade e a sua gravidade, em função do trabalho a desenvolver pelo ENEE durante a sua formação superior, designadamente:

- a) No caso de incapacidade na área da visão, a avaliação da acuidade e campo visual em cada olho, com a melhor correção;
- b) No caso de problemas de audição, a avaliação das capacidades auditivas de cada ouvido, com a melhor correção;
- c) No caso de incapacidade motora, informação sobre os membros afetados;
- d) No caso de doenças crónicas, informação sobre as suas implicações no desempenho académico;
- e) No caso de doença mental, informação sobre o tipo de patologia, bem como o grau de comprometimento ao nível cognitivo, emocional, social e em relação à normal adaptação ao contexto envolvente;
- f) No caso de dificuldades de aprendizagem específicas (como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia ou outras) um relatório em que venha referido o tipo e grau de comprometimento ao nível da compreensão ou produção de material escrito.

5 - Sempre que necessário, outros documentos podem ser solicitados de modo a completar o processo individual de cada estudante.



Artigo 4.º

Análise do Processo para atribuição do Estatuto

1 – Compete ao Presidente do ISCE Douro, auscultado o GAENEE, decidir sobre a atribuição do presente estatuto.

Artigo 5.º

Frequência e Acompanhamento das Aulas

1 – Todos os ENEE estão abrangidos pelas normas gerais de avaliação e métodos pedagógicos aprovados em vigor, sem prejuízo do usufruto deste estatuto.

2 - Cabe ao GAENEE definir e aos docentes de cada departamento/curso aplicar os apoios especializados, as adequações do processo de ensino e aprendizagem e o acompanhamento que a especificidade do ENEE requer e que deverá constar no parecer técnico pedagógico.

3 – A organização das atividades letivas deve facilitar a acessibilidade aos estudantes com estatuto de ENEE.

Artigo 6.º

Regime de Avaliação

1 – Os ENEE devem ser avaliados sob formas ou condições consideradas adequadas à sua condição, e que devem constar no parecer técnico pedagógico, nomeadamente:

- a) Substituição das provas escritas por provas orais, assim como as orais por escritas, podendo ainda ser decididas outras formas de substituição das provas, atendendo às necessidades educativas especiais que o estudante apresente;



- b) Utilização do computador para a realização das provas, quando os estudantes estejam impossibilitados de escrever manualmente;
 - c) Na realização das provas escritas, deverá atender-se às seguintes particularidades:
 - I – Quando o estudante apresente maior morosidade de leitura e/ou escrita, deverá dispor de um período adicional de tempo para a realização da prova, correspondente a metade do tempo da duração normal;
 - II – Quando as necessidades educativas especiais do estudante assim o exigirem, os docentes proporcionarão apoio especial no que respeita à consulta de dicionários, tabelas e outros meios necessários à realização da prova;
 - III – Os enunciados das provas deverão estar adequados ao tipo de incapacidade e as respostas poderão ser dadas de forma não convencional.
- 2 – O GAENEE prestará o apoio necessário para a preparação de enunciados especiais, devendo os docentes requerê-los quinze dias antes da realização da prova.
- 3 – A entrega de trabalhos práticos escritos deverá ter um prazo alargado, a definir pelo docente, sempre que a especificidade da dificuldade do estudante o necessite.
- 4 – Os docentes devem permitir aos estudantes, cujo estado de saúde implique sucessivos internamentos hospitalares ou ausências prolongadas para tratamento medicado, a realização das avaliações em datas alternativas, bem como não considerar as faltas para efeitos de avaliação.
- 5 – Para além do regime geral definido para as épocas de exames no ISCE Douro, os ENEE têm direito à realização de exames mediante requerimento a submeter ao Presidente do ISCE Douro em datas não previstas nas épocas de exame calendarizadas.

Artigo 7.º

Acessibilidade e Mobilidade

- 1 – Os ENEE têm prioridade no atendimento em todos os serviços do ISCE Douro.



2 – Se detetados problemas de acessibilidades físicas que não permitam uma solução imediata, deverão ser garantidas, apesar de temporariamente, alternativas ajustadas e, simultaneamente, dever-se-á proceder à eliminação de barreiras arquitetónicas.

3 – A biblioteca do ISCE Douro deverá colaborar nos procedimentos que permitam o acesso dos ENEE ao acervo bibliográfico existente.

4 – Os estudantes com o presente estatuto poderão requisitar documentos, para leitura domiciliária, por um período de tempo igual ao dobro do que é permitido pelo regulamento em vigor na biblioteca.

5 – O ISCE Douro esforçar-se-á por assegurar o acesso dos ENEE à informação e a equipamentos adequados, podendo para tal celebrar protocolos de colaboração com serviços públicos e privados na área da comunicação, informação e reabilitação bem como com instituições da comunidade que desenvolvam a sua atividade no âmbito das diferentes problemáticas da deficiência.

Artigo 8.º

Apoio Social ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais

1 – Para atribuição de bolsa de estudo, compete ao Gabinete de Ação Social do ISCE Douro instruir os processos de candidatura de modo a que os ENEE usufruam em plenitude das condições previstas na legislação em vigor.

2 – Ao ENEE será garantido o apoio necessário, ao nível psicossocial e psicopedagógico, disponibilizado pelo Gabinete de Apoio Psicopedagógico do ISCE Douro.

3 – Compete, ainda, ao Gabinete de Apoio Psicopedagógico a articulação com as instituições externas ao ISCE Douro, que intervenham no acompanhamento do ENEE, nomeadamente nas áreas da saúde e reabilitação.



Artigo 9.º

Prioridade na Atribuição dos Locais de Estágio

1 – Na atribuição dos locais de acolhimento para desenvolver atividades de estágio e outras tipologias, as necessidades impostas pelas limitações dos ENEE deverão ser critério de prioridade e de adequabilidade.

Artigo 10.º

Disposições Finais

1 – Os casos omissos ou os que suscitem dúvida no presente estatuto serão resolvidos pelo Presidente do ISCE Douro, mediante proposta apresentada pelo GAENEE.

2 – Este estatuto entra em vigor após aprovação pelo Conselho Pedagógico e parecer do Conselho Técnico-Científico.

Aprovado em Conselho Pedagógico em reunião de 07 de abril de 2016.